

## **Ressurge o liberalismo, com outra face**

*Raymundo Pinto*

Constata-se que os históricos movimentos que provocam profundas transformações sociais sofrem a influência de um conjunto de ideias prevalecentes na época. Os estudiosos registram que precedeu a famosa Revolução Francesa uma doutrina conhecida como “Iluminismo”. Atribui-se a ela a criação do lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. No final do século XVIII, ainda predominavam na Europa governos absolutistas chefiados por monarcas que espalhavam terem sido indicados por Deus, cuja sucessão deveria obedecer ao princípio hereditário. A nova ideologia pregava: direitos e liberdades individuais, igualdade de todos perante a lei, respeito & agrave; propriedade privada e comércio livre. É bem verdade que o desdobramento dos fatos não demonstrou coerência dos revolucionários com os ideais que os inspiraram, seguindo-se uma fase de cruel violência, dando ensejo à ascensão de Napoleão ao poder, que o exerceu com ares monárquicos. Apesar desses percalços, houve, sem dúvida, uma repercussão de ordem mundial das chamadas ideias “liberais”. Por força delas, os povos de muitos países aprovaram constituições limitativas dos poderes de seus governantes e instituíram regimes que vieram a denominar-se “democracias”.

Os teóricos que defendiam o liberalismo não tardaram a descobrir que não bastavam as mudanças no plano político. A realidade demonstrou que os acontecimentos políticos guardam íntima relação com o que ocorre na economia. Daí foi um passo para entender que não seria possível a prática da liberdade e da igualdade pregadas sem retirar ou limitar a participação do Estado no mundo dos negócios. Na França, foram cunhadas as expressões “laissez faire” e “laissez passer” (deixar fazer, deixar passar) no que toca à iniciativa privada, ou seja, deveria existir apenas o Estado mínimo. Nasce aí o sistema capitalista. O economista Adam Smith, na obra “A Riqueza das Nações”, chegou a afirmar que os fatos econômicos encontrariam o equilíbrio conduzidos apenas pela “mão invisível do mercado”.

O século XIX foi abalado pelas concepções ideológicas sustentadas por Karl Marx. No campo político-econômico, a ideia de implantação do socialismo ganhou imensa popularidade e conseqüente influência, tanto que, logo no início do século seguinte (1917), formou-se a União Soviética, que adotou o indicado sistema, logo seguida por países asiáticos e outros do Leste europeu. O liberalismo, por causa disso, teve de abandonar suas posições rígidas originais, passando a fazer concessões referentes ao papel do Estado e admitindo que este teria de intervir para atender exigências do povo no terreno social. Uma corrente denominada “social-democrata” procurou conciliar a atuação estatal em favor de medidas sociais sem prejuízo da manutenção das liberdades individuais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi aprovada antes da queda do Muro de Berlim e da derrocada da experiência socialista. É possível verificar-se claros traços da influência esquerdista na redação de várias normas, que exageram em direitos concedidos, mas não fixam obrigações e meios financeiros para torná-los efetivos. A Operação Lava-Jato revelou que os governos petistas, embora tenham implantado algumas medidas de cunho social elogiáveis, foi um verdadeiro desastre em termos de comprometer os recursos públicos, mediante a disseminação de uma sistêmica corrupção.

Agora, quando se aproximam as eleições de outubro, voltam as velhas discussões em torno de posições ideológicas de direita e de esquerda. Bolsonaro empolga os seguidores da primeira corrente e o PT, por outro lado, insiste na candidatura de Lula. No

embate de tais radicalismos, fala-se muito em candidatos que seriam representantes de um possível “centro”. Nesse ponto, está na hora de os partidários das posições mais equilibradas declararem-se adeptos do “liberalismo”.

É evidente que está completamente superada aquela ideia bem antiga do “Estado mínimo”, pois, na atualidade, ele tem a obrigação de intervir – por meio, por exemplo, das agências reguladoras – para evitar os abusos contra a livre concorrência, bem como criar ou apoiar iniciativas que tenham finalidades sociais. Na década de 80, um movimento intitulado “neo-liberalismo” incentivou, em especial, medidas econômicas radicais de restrições aos direitos dos trabalhadores, austeridade fiscal e privatizações. Aqui no Brasil o termo adquiriu conotação pejorativa, usado pela esquerda para classificar opositores. A grave crise mundial de 2008 mostrou a irresponsabilidade dos grandes grupos econômicos, convencendo-nos de que devem ser vigiados e controlados por um Estado presente. Em suma, mantêm-se como essenciais certas ideias como as de liberdade, direitos humanos, democracia, livres eleições periódicas e prevalência da iniciativa privada (sem abusos). Quem defende tais princípios básicos não deve ter vergonha de considerar-se seguidor do liberalismo, que ora ressurge com outra face mais avançada, incorporando os que se dizem do “centro”.